

# Verdade e sujeito

ALAIN BADIOU

**C**omeçarei por algumas indicações negativas. O sujeito de que aqui se trata é efetivamente uma *nova* categoria filosófica, que é preciso delimitar, distinguindo-a de várias outras.

- O sujeito não é uma substância, um ser, uma alma, *uma coisa pensante*, como diz Descartes. Ele depende de um processo; começa e termina.
- O sujeito não é um nada, um vazio, um intervalo. Ele tem consistência; seus componentes podem ser determinados.
- O sujeito não é uma consciência, uma experiência. Não é a fonte do sentido. Na realidade, ele é constituído por uma verdade, e não fonte de uma verdade.
- O sujeito não é invariante nem necessário. Não há sempre sujeito, ou sujeitos. Precisa-se para isso de condições complexas, e, particularmente, de eventos entregues ao acaso.
- O sujeito não é uma origem. Particularmente, não é porque há sujeito que há verdade, mas pelo contrário, porque há verdade que há sujeito.

Digamos que o sujeito é *raro*, tão raro quanto as verdades.

Para falar do sujeito, é preciso partir de uma teoria da verdade. Pois, fundamentalmente, um sujeito é apenas um ponto de verdade; ou, a dimensão, meramente *local*, do processo de uma verdade.

A filosofia moderna é uma crítica da verdade como adequação. A verdade não é *adequatio rei et intellectus*. A verdade não se limita à forma do juízo. Hegel mostra que a verdade é *percurso*.

Partirei da idéia seguinte: uma verdade é primeiro uma novidade. Aquilo que transmite, aquilo que repete, nós o chamaremos um *saber*. Distinguir verdade de saber é essencial. Essa é uma distinção que já existe na obra de Kant: a distinção entre razão e entendimento. Para Heidegger é capital esta distinção: a que existe entre verdade, *alethéia*, e conhecimento, ou ciência, *techné*.

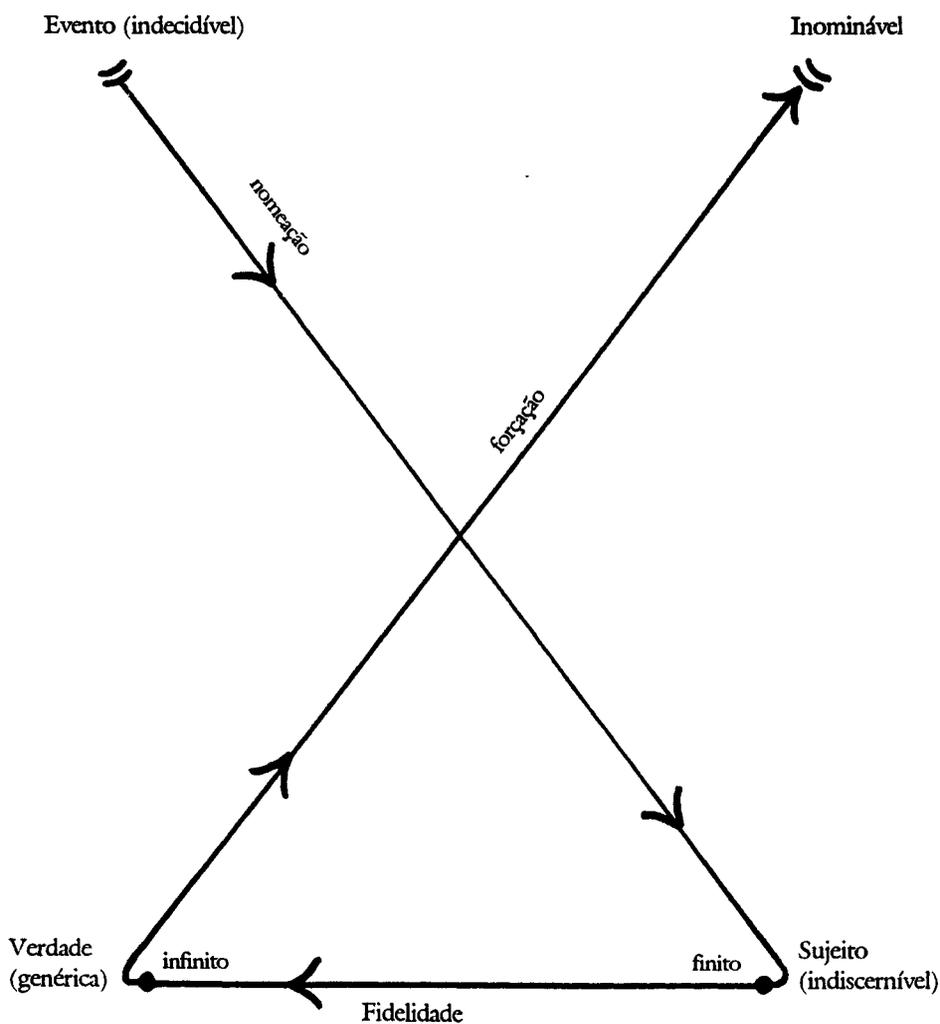
Se toda verdade é uma novidade, qual é o problema filosófico essencial da verdade? É o de seu aparecimento e de seu vir-a-ser. É

preciso que se pense uma verdade, não como juízo, mas como um processo real.

O esquema que os senhores têm em mãos representa o vir-a-ser de uma verdade. O objetivo desta palestra é a explicação do esquema.

Para que se inicie o processo de uma verdade, é preciso que algo aconteça. Pois, o que existe, a situação do saber tal como está, dá-nos apenas a repetição. Para que uma verdade afirme sua novidade, tem de haver um *suplemento*, o qual está entregue ao acaso. Ele é imprevisível, incalculável. Situa-se para além daquilo que existe, chamo-o *evento*.

### Trajeto de uma verdade



Uma verdade vem a ser, na sua novidade, porque um suplemento — evento interrompe a repetição.

Exemplos: o aparecimento, com Ésquilo, da Tragédia teatral; o surgimento, com Galileu, da Física matemática; um encontro amoroso que transformou totalmente uma vida; ou a Revolução francesa de 1792.

Um evento é ligado à noção de *indecidível*. Tomem o enunciado: *Este evento pertence à situação*. Se os senhores pudessem, com as regras do saber estabelecido, decidir que tal enunciado é verdadeiro ou falso, o evento não seria um evento. Seria calculável a partir da situação. Nenhuma regra permite decidir que o evento é um evento. Nada permite dizer: aqui começa uma verdade. Vai precisar fazer uma *aposta*. Por isso é que uma verdade começa por um *axioma de verdade*. Começa por uma decisão. A decisão de dizer que o evento se deu.

O fato de que o evento é indecidível obriga a que apareça um *sujeito* do evento. Um sujeito é constituído por um enunciado em forma de aposta, enunciado que é o seguinte: *Deu-se isto, que eu não posso calcular, nem mostrar, mas a que permanecerei fiel*.

Um sujeito é primeiramente aquilo que fixa um evento indecidível, porque assume o risco de decidi-lo.

Depois do que, engaja-se o processo infinito de verificação do verdadeiro. É o exame, na situação, das conseqüências do axioma que decidiu o evento. É o exercício da fidelidade. Nada, portanto, regula seu trajeto, já que o axioma que o sustenta decidiu fora de qualquer regra do saber estabelecido. Trata-se, portanto, de um trajeto arriscado, ou sem conceito.

Mas o que vem a ser exatamente escolha pura, escolha sem conceito? Trata-se, evidentemente, de uma escolha confrontada com dois termos *indiscerníveis*. Dois termos são indiscerníveis se nenhum efeito de linguagem permite distingui-los; mas, se nenhuma fórmula de linguagem discerne dois termos da situação, está assegurado que a escolha de fazer com que a verificação passe antes por um que por outro não tem apoio algum na objetividade da diferença. Trata-se, então, de uma escolha totalmente pura, descomprometida com qualquer outro pressuposto que não o de ter de escolher, sem marca nos termos propostos, aquele por que vai passar em primeiro lugar a verificação das conseqüências do axioma.

É dizer que o sujeito de uma verdade exige o indiscernível. O indiscernível organiza o ponto puro do sujeito no processo de verifica-

ção. Um sujeito é o que desaparece entre dois indiscerníveis. Um sujeito é o lance de dados que não extingue o acaso, mas o efetua como verificação do axioma que o funda. O que foi decidido, no tocante ao evento indecidível, passará por *este* termo, indiscernível de seu par. Esse é o ato local de uma verdade. Fragmento do acaso, o sujeito transpõe a distância nula entre dois termos que nada distingue. O sujeito de uma verdade é precisamente in-diferente.

O ato desse sujeito in-diferente é o ato local de uma verdade. Consiste em uma pura escolha entre dois indiscerníveis. Ele é, portanto, absolutamente finito. Como veremos, uma verdade é infinita. Mas o ato local de uma verdade, um sujeito dessa verdade, é finito.

Por exemplo, a obra de Sófocles é um sujeito para esta verdade artística, em que se constitui a tragédia grega, verdade iniciada pelo evento Ésquilo. Essa obra é criação: escolha pura naquilo que, antes dela, é indiscernível. E é uma obra finita. No entanto, a própria Tragédia, enquanto verdade artística, prolonga-se no infinito. A obra de Sófocles é um sujeito finito desta verdade infinita.

Da mesma forma, a verdade científica decidida por Galileu prossegue no infinito. Mas as leis físicas, sucessivamente inventadas, são sujeitos finitos desta verdade.

Continuemos acompanhando o processo de uma verdade. Começado com o evento indecidível, ele encontra seu ato num sujeito finito confrontado com o indiscernível. Esse trajeto verificante prossegue: por escolhas sucessivas, ele circunscreve a situação. Delineia-se assim, aos poucos, o contorno de um subconjunto da situação, em que o axioma, declarante do evento, verifica seus efeitos. Claro que tal subconjunto é infinito e permanece inacabável. No entanto, pode-se enunciar que, mesmo supondo-o acabado, ele será, inelutavelmente, um subconjunto que nenhum predicado unifica. Um subconjunto *intotalizável*. Um subconjunto que não se pode construir ou denominar na língua. Chamam-se genéricos tais subconjuntos. Digamos que uma verdade, supondo-a acabada, é genérica.

Como poderia, de fato, uma seqüência de escolhas puras gerar um subconjunto que se deixasse unificar sob uma predicação? Seria preciso para tanto que o trajeto de uma verdade fosse secretamente governado por uma lei, ou que os indiscerníveis, em que o sujeito acha seu ato, fossem, na realidade, discernidos por algum entendimento superior. Semelhante lei, porém, não existe. A invenção, a criação, permanece incalculável. Portanto, o trajeto de uma verdade não pode coincidir no infinito com qualquer conceito que seja. E, por conseguinte, os termos

verificados, supondo-se infinita sua totalização, compõem, ou melhor, terão composto um subconjunto genérico do Universo. Indiscernível em seu ato ou como Sujeito, uma verdade é genérica em seu resultado, ou em seu ser. É subtraída a toda e qualquer unificação por um predicado único.

Por exemplo, depois de Galileu, não existe um subconjunto do saber, fechado e unificado, que se pudesse chamar a *Física*. Há um conjunto infinito e aberto de leis e experiências; mesmo que se suponha *acabado* tal conjunto, ele não se deixará resumir em qualquer fórmula única da língua. Não existe uma lei das leis físicas. *A Física*, portanto, é um conjunto genérico. A um tempo infinito e indistinto. Esse que é o *ser* da verdade física.

Da mesma forma, depois da Revolução de 1792, houve políticas revolucionárias de todo tipo. Pode-se dizer que se trata de uma verdade da política. Mas não existe também uma fórmula política única capaz de totalizar tais políticas revolucionárias. O conjunto denominado *política revolucionária* é uma verdade genérica da política.

O que ocorre é que podemos sempre *antecipar* a idéia de uma verdade genérica acabada.

O ser genérico de uma verdade nunca é apresentado. Uma verdade é inacabável. Podemos, porém, saber formalmente que uma verdade haverá sempre de ter-se realizado enquanto infinidade genérica. Daí, a possibilidade de uma apreensão ficcional dos efeitos de seu ter-se realizado. O sujeito pode formular a hipótese de um Universo onde essa verdade, cujo sujeito é um ponto local, tivesse completado sua totalização genérica.

A hipótese antecipante, referente ao ser genérico de uma verdade, eu a chamo *forçação*. A forçação é a poderosa ficção de uma verdade *acabada*.

Partindo de tal ficção, posso forçar saberes novos, mesmo sem ter verificado esses saberes.

Assim, Galileu pode levantar a hipótese de que a natureza toda está escrita em linguagem matemática; o que é a hipótese de uma Física *completa*. Baseado nessa antecipação, ele *força* o adversário aristotélico a abandonar a própria posição.

Da mesma forma, um apaixonado pode dizer: *Eu te amarei sempre*, o que é a hipótese antecipante de uma verdade de amor integral. Apoia-

do nesta hipótese, ele força o outro a conhecer e praticá-lo de maneira diferente.

A *construção* de uma verdade faz-se pela escolha no indiscernível. Faz-se localmente no finito.

Mas o poder de uma verdade decorre da força hipotética. Consiste em dizer: *Se realmente se supõe acabada a infinidade genérica de uma verdade, então esse ou aquele saber deve, imperativamente, ser transformado.*

O problema é o de saber se tamanho poder de antecipação é *total*, se é possível *forçar* todos os saberes envolvidos. É o problema romântico do amor absoluto; o problema cientificista da ciência como verdade integral; o problema político do totalitarismo.

Tal problema diz-se simplesmente: será que, partindo do Sujeito finito de uma verdade, pode-se *nomear e forçar ao saber* todos os elementos respeitantes a essa verdade? Até onde vai o poder de antecipação da infinidade genérica?

Minha resposta é que *sempre* há, em qualquer situação, um ponto real que resiste a esse poder.

Chamo esse ponto o *inominável* da situação. É aquilo que, na situação, nunca tem nome para a verdade. Um termo, portanto, que permanece *inforçável*. Esse termo fixa seu limite ao poder de uma verdade.

O *inominável* é aquilo que se subtrai ao nome próprio, a que também ele é o único a se subtrair. O *inominável*, portanto, é o próprio do próprio. Tão singular que nem mesmo tolera ter nome próprio. Tão singular, na sua singularidade, que é o único a não ter nome próprio.

O *inominável* é esse ponto em que a situação é pensada em seu ser mais íntimo: na presença pura, que saber algum pode circunscrever.

O *inominável* é algo como o *real* indizível de tudo aquilo que uma verdade permite dizer.

Demos um exemplo. A matemática é dedução pura. Supõe-se sempre que não contém qualquer contradição. Ora, Godel mostrou que é impossível demonstrar, dentro de uma teoria matemática, que essa teoria é não-contraditória. Uma verdade matemática, portanto, não pode *forçar* a não-contradição da matemática.

Dir-se-á que a não-contradição é o *inominável* da matemática. De

fato, nota-se que tal inominável é o *real* da matemática: pois, se uma teoria matemática é contraditória, ela é reduzida ao nada.

Por conseguinte, uma ética razoável da matemática consiste em não querer forçar esse ponto, em aceitar que uma verdade matemática nunca seja uma verdade *completa*.

Mas essa ética razoável da matemática é difícil de ser mantida. Como se verifica no cientismo e no totalitarismo, existe sempre o desejo de uma onipotência da Verdade. Aí está a raiz do Mal.

O Mal é a vontade de denominar a *qualquer preço*.

Habitualmente, diz-se que o Mal é mentira, ignorância, mortal tolice. Antes tem o Mal, como condição, o processo de uma verdade. Só existe o Mal porquanto há um axioma de verdade no ponto de indecidível, um trajeto de verdade no ponto do indiscernível, uma antecipação de ser quanto ao genérico e a forçação da nomeação no ponto do inominável.

Se a forçação da subtração inominável é uma catástrofe, é porque afeta a situação inteira, perseguindo nela a singularidade como tal, cujo emblema é o inominável. Neste sentido, o desejo ficcional de suprimir o inominável libera a capacidade de destruição contida em toda verdade.

A ética de uma verdade resume-se, portanto, inteiramente, numa espécie de moderação com relação a seus poderes. É preciso que o efeito do indecidível, do indiscernível e do genérico, ou ainda, o efeito do evento, do sujeito e da verdade, admita o inominável como *limitação* de seu trajeto.

O Mal é finalmente o desejo do *tudo-dizer*.

Para conter o Mal, é preciso *medir* o poder da Verdade.

O que nos ajuda é o estudo rigoroso das características *negativas* do trajeto próprio da verdade.

O evento é indecidível. O sujeito é ligado ao indiscernível. A própria verdade é genérica, *intotalizável*. E o ponto em que se detém o poder é o inominável.

Temos assim quatro categorias negativas ou subtrativas. Seu estudo filosófico é capital.

Indico que tal estudo pode apoiar-se na matemática moderna:

- o teorema de Godel permite-nos pensar o indecidível;

- a teoria de Galois permite-nos pensar o indiscernível;
- a teoria de Cohen permite-nos pensar o genérico;
- o teorema de Furken permite-nos pensar o inominável.

Finalmente, a matemática ajuda o filósofo, para pensar a verdade, e, a um só tempo, evitar o excesso de poder desta. Diz-se frequentemente que a ciência é uma técnica e uma alienação. Ela mostra aqui que pode ser também um pensamento, uma liberação e uma garantia ética.

*Alain Badiou* é professor de Filosofia da Universidade de Paris VIII. É autor de *Rhapsodie pour le théâtre* (1990) e *Conditions* (1992), entre outros livros.

Palestra feita pelo autor em 27 de agosto de 1993 no IEA.

Tradução de Jean Briant. O original em francês - *Verité et sujet* - encontra-se à disposição do leitor no IEA para eventual consulta.